

# Aconteceu

CEDI  
Centro Ecumênico  
de Documentação e Informação  
Rua Cosme Velho, 98, fundos  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983  
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:  
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

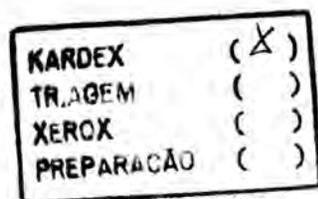
Editor do Aconteceu:  
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:  
Zwinglio Mota Dias  
Rubem Alves  
Aloísio Mercadante Oliva  
José Oscar Beozzo  
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 20.000 (Brasil),  
US\$ 50.00 (América Latina),  
US\$ 66.00 (América do Norte),  
US\$ 75.00 (Europa, Ásia e África).  
Envie junto com seu pedido um cheque  
nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA  
DE 5 A 11 DE AGOSTO DE 1985  
Nº 320 - CIRCULAÇÃO INTERNA



## POLITICA NACIONAL

### PARA MINISTRO, TUDO É NEGOCIÁVEL NO PLANO, MENOS A REFORMA EM SI

Tudo é negociável e alterável no plano de reforma agrária do governo federal. Exceto a reforma em si. Essa é inegociável e será executada". A afirmação foi feita ontem, em Recife, pelo ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, que à noite encerrou um seminário sobre o plano de sua pasta na Fundação Joaquim Nabuco. "Pelo raciocínio subjetivo ninguém chegará a um acordo", disse o ministro. Ele considerou "defasado e emocional" o documento que os proprietários rurais de Londrina, Paraná, entregaram anteontem ao presidente José Sarney, com duras críticas ao plano de reforma agrária. Para Ribeiro, "esse documento ainda está muito anterior aos diálogos e entendimentos que o ministério vem mantendo com o organismo representante dos proprietários, que é a Confederação Nacional da Agricultura". Essas discussões, segundo o ministro, incluem ainda a CNBB, a Contag, a OAB e "outras entidades vinculadas à questão da terra". (FSP - 10/8/85)

### COMISSÃO NÃO DECIDE REFORMA, AFIRMA RIBEIRO

A comissão proposta pelo ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, para discutir a versão final do Programa Nacional de Reforma Agrária, não dará a palavra final sobre os aspectos polêmicos do programa. Os debates terão por objetivo conciliar os pontos de vista onde houver divergência. Quando não houver possibilidade de conciliação - disse - o governo registrará as posições colocadas e assumirá a prerrogativa política de decidir a questão. Nelson Ribeiro disse ainda que esses debates não implicam a prorrogação dos prazos de conclusão do programa já divulgados. Até 30 de agosto, o Mirad (sigla de seu Ministério) estará recebendo as sugestões para formular o Plano Nacional de Reforma Agrária e, trinta dias depois, encaminhará ao presidente da República, José Sarney, a versão definitiva do plano. A comissão será formada pela Confederação Nacional da Agricultura-CNA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-Contag, Organização das Cooperativas Brasileiras-COB, Ordem dos Advogados do Brasil-OAB e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. (FSP - 7/8/85)

## PROJETO DA LEI DE GREVE SOFRE ALTERAÇÕES

Todas as atividades dos bancos comerciais voltarão a ser consideradas essenciais e, por isso, proibidas de greve. Esta é a principal inovação do anteprojeto da Lei de Greve que chegou ontem às mãos do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Esta proposta atende aos reclamos dos representantes dos bancos privados que foram contrários à proposta inicial do Ministério do Trabalho, que havia incluído apenas a compensação bancária entre as nove atividades proibidas de greve. Segundo fontes do Ministério, o anteprojeto, que poderá ainda sofrer algumas pequenas modificações antes de chegar ao Presidente José Sarney, define como atividade essencial aquela "indispensável ao atendimento imediato da população em suas atividades básicas". Com esta definição, salientou o informante, a proibição à greve fica restrita aos setores ligados à assistência médica, telecomunicações, transportes, serviços de água, esgoto e eletricidade, funcionalismo público e bancos. Segundo o informante, a idéia central do anteprojeto é fazer com que a greve se torne um fato aceitável dentro do processo de negociação. Salientou ainda que caberá à Assembléia Nacional Constituinte ampliar ou restringir ainda mais as atividades consideradas indispensáveis para a sociedade. (O GLOBO - 7/8/85)

## CONSTITUINTE

### CONFERÊNCIA QUER UMA COMISSÃO MAIS AMPLA

A IV Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro - intitulada "Olho na Constituinte" e encerrada ontem no Hotel Copacabana Palace - aprovou como principal tese a convicção de que a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da nova Carta Magna, presidida pelo jurista Afonso Arinos, não tem a representatividade social que o momento político exige. Em matéria constitucional todos são notáveis, garantiu o Presidente da Seccional-RJ da Ordem dos Advogados do Brasil, Nilo Batista, que classificou o jurista Afonso Arinos e a Associação de Moradores do Vidigal como "de igual importância para a elaboração da Constituição". Na feitura de uma Constituição, ao contrário da Lei ordinária, a técnica jurídica vem em segundo lugar, e as opções políticas em primeiro, disse Batista, que também louvou o caráter heterogêneo da Conferência, que reuniu empresários, favelados, índios, representantes dos mais diversos segmentos sociais e cerca de mil advogados. (O GLOBO - 11/8/85)

### COMISSÃO DA CONSTITUINTE ESTUDA CANDIDATURA AVULSA

A Comissão Mista do Congresso que examinará a mensagem de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, discutiu, em sua sessão de instalação, a idéia de candidaturas avulsas. A sugestão foi feita pelo Governador Franco Montoro e encaminhada ao Deputado João Gilberto (PMDB-SC), integrante da Comissão. "A Ordem dos Advogados do Brasil e a Igreja sempre defenderam o princípio de que todos os constituintes fossem avulsos. O ideal será ter representantes avulsos e constituintes partidários", explicou João Gilberto. (JB - 9/8/85)

## TRABALHADORES RURAIS

### CUT PEDE PUNIÇÃO PARA ASSASSINOS DE POSSEIROS

"Caso os assassinatos de posseiros continuem a ocorrer, os enfrentamentos armados no campo serão inevitáveis, pois estamos aprendendo uma lição, a de que é melhor morrer lutando dignamente do que esfarrapado e à mingua". O alerta foi feito ontem pelo vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Pará, Avelino Ganzer. Segundo Ganzer, nenhum dos atos de violência entre posseiros e grileiros partiu dos trabalhadores rurais e várias entidades já divulgaram "os nomes dos executores e dos mandantes sem que eles fossem punidos". A apuração e punição dos responsáveis pelos crimes contra posseiros e indígenas, além do desarmamento imediato dos fazendeiros, é ponto considerado fundamental, segundo a CUT, não mencionado no plano de reforma agrária. (JB - 8/8/85)

### INCRA DEFENDE CUT

O Presidente do Incra, José Gomes da Silva, disse ontem em Recife não ter entendido as últimas declarações dos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sobre reforma agrária, como um incentivo a invasões de terras. A seu ver, a posição da CUT vem apenas confirmar uma situação de tensão que, de fato, existe, criada por muita gente que está precisando de terra e cobrando uma definição para o seu problema. As declarações a que ele se refere foram prestadas pelo Secretário Rural da CUT, José Gomes Novaes, que disse, entre outras coisas, que a entidade "vai começar a promover um levantamento de terras improdutivas, a exemplo do que faz o Governo, para que os trabalhadores sem terra possam promover ocupações". A decisão da CUT de incentivar invasões repercutiu mal junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), à CNBB e à Confederação Nacional da Agricultura. (O GLOBO - 8/8/85)

### CONTAG PROPÕE DESAPROPRIAÇÃO IMEDIATA

O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-Contag, Francisco Urbano Araújo Filho, afirmou ontem na Comissão Mista do Congresso que analisa o Programa Nacional de Reforma Agrária ser "imprescindível a desapropriação imediata das áreas onde haja conflitos pela posse da terra. Isto não só para garantir o retorno da paz à população rural ameaçada pela ganância dos latifundiários e grileiros, mas também para assegurar o trabalho e a produção desses trabalhadores rurais". Francisco Urbano, ao defender a reforma agrária, disse que "a concentração da posse da terra atingiu índices extremos nos últimos vinte anos e a violência cresceu junto com a concentração da propriedade". Para respaldar sua afirmação, citou dados do Censo Agropecuário de 1980, segundo o qual os estabelecimentos com área igual ou superior a mil hectares representam cerca de 1% do total das propriedades rurais e englobam cerca de 45% da área total. Em contrapartida, os estabelecimentos com área inferior a cem hectares representam quase 90% do total das propriedades, mas englobam 20% da área recenseada. (FSP - 8/8/85)

### CAMPANHA DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), que representa 153 Sindicatos e cerca de 700 mil trabalhadores rurais, começa hoje uma campanha de mobilização em apoio ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Segundo o Presidente da Fetape, José Rodrigues da Silva, o PNA precisa do apoio de toda a sociedade.

dade para ser executado. A campanha dos trabalhadores rurais começa com o lançamento, hoje à noite em Recife, do "Movimento de Apoio da Sociedade Pernambucana à Reforma Agrária". (O GLOBO - 5/8/85)

#### POSSEIROS ACAMPADOS NO INCRA DE PORTO VELHO RETORNAM À AGROPECUÁRIA

Os 80 posseiros que estavam acampados há mais de um mês nas dependências da coordenação do INCRA, em Porto Velho (RO), já estão retornando à Agropecuária Santa Júlia, de onde haviam sido expulsos juntamente com outras 320 famílias. Durante o tempo em que os posseiros ficaram em Porto Velho forçando a autarquia a resolver o problema, as outras famílias, que também já estão retornando à fazenda, ficaram acampadas às margens da BR-364, enfrentando todo o tipo de dificuldades. Os posseiros estão fazendo roçados para implantar suas lavouras dentro da área de 50 mil hectares, mas em outra parte de 20 mil ha, que o empresário Salim Fenícios pretende incorporar aos atuais 30 mil ha, que estão sub-judice. A entrada dos posseiros na área está ocorrendo de forma pacífica, sem qualquer reação dos policiais-militares que guarnecem os 30 mil ha da propriedade de onde foram despejados por força de mandado judicial. (JB - 11/8/85)

#### DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA DE CONFLITO NA BAHIA

O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) prepara-se para iniciar processo de desapropriação das fazendas localizadas em áreas de conflitos com posseiros no Município de Canavieiras (Sul da Bahia), onde a disputa pela posse da terra registrou, em apenas um dia, mês passado, oito mortes. O ministro Nelson Ribeiro anunciou ontem a um grupo de oito posseiros em visita a Brasília, que "os estudos de desapropriação estão no Incra". Resta, segundo ele, acertar a participação do governo da Bahia através do Instituto de Terras (Iterba). A promessa agradou os posseiros que, entretanto, pediram rapidez, tendo em vista o clima de tensão na área. De acordo com o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia, Aurelino Bastos da Guarda, os principais focos atingem, atualmente, os Municípios de Canavieiras e Una. Nas áreas mencionadas, segundo o sindicalista, cada posseiro está marcado para morrer. (ESP - 7/8/85)

#### CONTAG PROTESTA

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, enviou telegrama ao presidente José Sarney, estranhando a omissão nos pronunciamentos que fez anteontem, durante o lançamento do documento "Mutirão Contra a Violência", da questão da violência no campo. Segundo esse telegrama, a violência no setor rural já vitimou nos últimos cinco anos 180 pessoas, entre trabalhadores, dirigentes e assessores do movimento sindical, e todos estes assassinatos vêm sendo denunciados ao longo desses anos em documentos elaborados pela Contag e outras Entidades. (ESP - 7/8/85)

#### OAB DENUNCIA "SINDICATO DA MORTE" EM IMPERATRIZ

De Cr\$ 20 mil a Cr\$ 300 mil é o preço que se cobra pela vida humana na cidade maranhense de Imperatriz, a 1.200 quilômetros de São Luís. A denúncia da existência de um "sindicato da morte" naquela cidade, determinante dos assassinatos por encomenda, e da violência contra os direitos humanos foi feita ontem no Rio pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Herman Baeta. Entre outros motivos a questão fundiária aparece em grande escala. "O que está acontecendo lá é a resultante de um aparelho político-oligárquico implantado no Brasil. O caso é federal e a omissão dos governadores estaduais é evidente", disse Baeta. Sobre os conflitos fundiários, o presidente da OAB disse que o governo federal precisa ser mais atuante

te. "O Estatuto da Terra até hoje não foi aplicado." Segundo ele, a população da região de Imperatriz não está esclarecida sobre a reforma agrária. (ESP - 6/8/85)

## TRABALHADORES URBANOS

### CUT PREPARA CAMPANHA CONTRA A DÍVIDA EXTERNA

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, informou ontem em São Paulo, que solicitará, na próxima semana, audiência ao presidente José Sarney para a entrega da "Ata de Havana", documento da Conferência Sindical dos Trabalhadores da América Latina e do Caribe sobre a Dívida Externa, realizada de quinze a dezoito de julho último, na capital cubana. Meneguelli também anunciou a articulação de uma campanha nacional contra a dívida externa, que será marcada por uma série de manifestações no dia 23 de outubro. Em entrevista coletiva concedida ontem, Meneguelli afirmou que falava na condição de coordenador da mobilização nacional contra a dívida externa, em nome dos 77 brasileiros que participaram do Encontro. Meneguelli disse que a campanha "deverá ter o mesmo grau de mobilização atingida pela campanha das diretas. Um dos pontos altos da campanha, segundo Meneguelli, será o Dia Continental de Luta contra a Dívida Externa, aprovado em Havana para acontecer a 23 de outubro. No Brasil, ele não afastou a hipótese de uma greve geral, embora ponderasse que todo o "calendário de luta" ainda está por ser definido em reuniões do grupo que esteve em Havana, incluindo a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat). (FSP - 9/8/85)

### GREVE ACABA EM MANAUS

Paralisados há seis dias, 20 mil operários das 36 fábricas do Distrito Industrial de Manaus voltam hoje ao trabalho após selarem acordo, às 2h da madrugada de ontem, com os empresários. As negociações em torno do acordo coletivo vinham sendo desenvolvidas há dez dias mas esbarraram nos itens econômicos, principalmente o piso de Cr\$ 1.141.815 reclamado pelo Sindicato dos Metalúrgicos. A greve é a primeira nos 18 anos do Distrito de Suframa. Em sua primeira etapa pararam 18 fábricas. Pelo acordo fechado ontem, foram fixados pisos diferenciados na base de Cr\$ 580 mil para as unidades com até 20 empregados, Cr\$ 620 nas de 21 a 200 empregados, Cr\$ 660 mil nas de 201 a 500 empregados, e Cr\$ 700 mil nas indústrias com mais de 500 operários. (O GLOBO - 7/8/85)

### METALÚRGICOS EXIGEM LIBERDADE DE ESCOLHA REPRESENTATIVA

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em São Paulo julgou ilegal a greve que os metalúrgicos da Colúmbia S/A mantêm há 13 dias, por exigirem total liberdade de critério para a escolha de seus representantes na comissão de fábrica. A empresa, que acusa de radicais os líderes do movimento, concorda que sejam eleitos apenas funcionários com um mínimo de dois anos de registro, argumentando estar baseada em um critério adotado em 27 estatutos consultados. O TRT não viu, nesta audiência, motivos que justificassem uma greve. (FSP - 8/8/85)

### BANCÁRIOS INICIAM NEGOCIAÇÃO SOBRE SALÁRIOS

Não houve qualquer discussão a respeito de reivindicações econômicas e sociais, na primeira rodada de negociações entre representantes do Sindicato dos Bancos de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com dirigentes da Federação dos

Bancários de São Paulo e de sindicatos da categoria de São Paulo e mais 25 cidades do Interior. As negociações aconteceram ontem à tarde na sede da entidade patronal. As principais reivindicações dos bancários são: incorporação ao salário do abono de 25% concedido a partir de 1º de julho; 10% de produtividade; aumento dos pisos salariais com esses mesmos percentuais; reajuste trimestral; gratificação semestral de um salário; aumento da gratificação por função de 20% para 40% e estabilidade no emprego, por um ano, entre outras. (FSP - 6/8/85)

#### PREVIDÊNCIA SUSPENDE A GREVE

Previdenciários de oito dos 10 Estados em greve decidiram, em assembleia no último fim de semana, suspender por 30 dias o movimento, dando ao Ministro da Previdência Social, Waldir Pires, o tempo de conseguir, para os servidores de nível médio, uma gratificação de 20%. Os previdenciários paulistas e gaúchos votaram pela continuidade da greve; os do Rio de Janeiro definiram sua posição favorável à suspensão, ontem à noite. Todos, porém, estão dispostos a acatar a decisão da maioria. Suspensa a greve, o Ministro Waldir Pires começa hoje à tarde, em audiência com o Presidente Sarney, a negociar uma suplementação de verba, estimada em cerca de Cr\$ 350 bilhões, para pagar a gratificação. E põe também seu cargo em jogo: há uma semana, ele disse no Rio que se demitiria se não pudesse honrar seu compromisso com os servidores. A partir de hoje, o Ministro Waldir Pires tem 30 dias para conseguir 20% de gratificação para cerca de 170 mil servidores da Previdência Social. Os grevistas abriram mão de sua principal reivindicação (a extensão, ao pessoal de nível médio, da gratificação de 80% concedida ao pessoal de nível superior) e suspenderam o movimento, condição imposta pelo Ministro para tentar conseguir a gratificação de 20%, junto ao Presidente da República e a seus colegas da área econômica do Governo. (JB - 6/8/85)

#### METALÚRGICOS INDICIADOS

Trinta e três metalúrgicos da General Motors de São José dos Campos (SP) foram indiciados em inquérito policial na última semana de junho. Acusados pela ocupação da fábrica em abril, durante a greve, os trabalhadores podem sofrer penas de 2 a 8 anos de prisão. Entre eles o próprio presidente do Sindicato, José Luis Gonçalves. O inquérito foi aberto a pedido do governador peemedebista. Segundo o Sindicato, o inquérito contém violentas observações: "citar a presença de Zé Luis na fábrica quando ele negociava em outra empresa", até dizer que um diretor "usou da palavra nas assembleias, nunca para arrefecer os ânimos!" Enquanto com argumentos deste tipo são indiciados os metalúrgicos da GM, o inquérito sobre a violência bestial da polícia reprimindo os bóias-frias em fevereiro deste ano, não deu em nada. As cenas grotescas transmitidas pela televisão vencendo as ameaças dos policiais contra jornalistas, chegaram a agredir uma fotógrafa, fizeram que Montoro declarasse, com solenidade, que iria punir com rigor os "excessos". E então? Mas a lei, e o arsenal da ditadura, só existem para caçar os trabalhadores! Após o indiciamento o julgamento foi marcado para o próximo dia 5 de agosto. A CUT/Nacional tomou providências para constituir uma assessoria jurídica ao lado dos advogados do sindicato. (BOLETIM DA CUT Nº 2 - junho/julho de 1985)

---

#### IGREJAS

---

#### COMI PREVÊ "CATÁSTROFE ECONÔMICA"

Em extenso documento divulgado ontem em Buenos Aires, após 12 dias de deliberações, a comissão central do Conselho Mundial de Igrejas diz que o mundo está dian-

te da perspectiva de "uma catástrofe econômica que afetará tanto os países pobres como os ricos", em consequência do problema da dívida externa do Terceiro Mundo, particularmente a dos países latino-americanos. O documento reclama uma ampliação dos prazos de pagamento da dívida e condena as políticas inspiradas no Fundo Monetário Internacional "que continuam sendo impostas aos países devedores", sustentando que essas políticas "complicam e limitam" as possibilidades de desenvolvimento autônomo e "reduzem drasticamente a capacidade de consumo dos pobres". A declaração final sustenta também que "a fome está estreitamente ligada ao endividamento" e pede uma limitação das taxas de juros, assim como o estabelecimento de uma "ordem econômica internacional mais justa". Segundo o documento, "as nações ricas devem compartilhar o custo das políticas de reajuste que seja necessário aplicar". O comunicado do Conselho Mundial das Igrejas também denuncia "a intensificação dos bombardeios das aldeias camponesas de El Salvador, a repressão maciça na Guatemala e os assassinatos e destruição de bens materiais nas operações das forças que se opõem ao regime de Manágua". (ESP - 10/8/85)

#### EUCLYDES CRITICA IGREJA; D. IVO DIZ QUE GENERAL DELIRA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) "não tem nenhuma autoridade sobre os bispos, que estão subordinados ao Papa, e, como não é reconhecida juridicamente, não pode intervir em questões de Estado, principalmente em questões políticas". Essas declarações foram feitas ontem, no Rio, pelo comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), general Euclides Figueiredo, e receberam resposta imediata de d. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB: "Para não dizer palavras mais fortes, digo só isso - o general Euclides Figueiredo deve estar delirando". Assinalando que "o Código de Direito Canônico dá personalidade jurídica às conferências episcopais", a nota distribuída pela assessoria de imprensa da CNBB diz ainda: "No campo civil brasileiro, a CNBB tem o seu estatuto devidamente registrado e, quanto ao que a CNBB pode ou não pode fazer, quem menos deve opinar é um general do Exército brasileiro". (ESP - 10/8/85)

#### CPT DENUNCIA 90 MORTES PELA POSSE DA TERRA

Desde janeiro, noventa trabalhadores rurais foram mortos, em várias regiões do País, em conflitos pelo uso e posse da terra. A estatística é da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que realiza em Goiânia (GO) a assembléia comemorativa dos dez anos de sua fundação, com a presença de camponeses, agentes pastorais, bispos e representantes de entidades da pastoral rural da Nicarágua, México, Honduras, Peru, Paraguai, Bolívia e Colômbia. Dos noventa mortos, 36 trabalhavam na região do Araguaia-Tocantins onde, no ano passado, 43 agricultores morreram. No momento, estão tramitando, na Justiça, processos referentes a 137 conflitos pela terra, envolvendo posseiros, proprietários, agricultores sem terra e indígenas. Na abertura da assembléia, no Centro de Treinamento de Líderes da Arquidiocese de Goiânia, o presidente da CPT e bispo de Chapecó (SC), d. José Gomes, destacou que o objetivo da entidade, nesse encontro, é o de "rever a caminhada de dez anos, neste momento histórico de luta pela propalada reforma agrária". (FSP - 6/8/85)

#### CNBB VÊ OMISSÃO

A omissão dos políticos no debate sobre o projeto de reforma agrária proposto pelo governo foi apontada ontem pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida. Segundo o bispo, o não comparecimento dos políticos ao debate sobre o assunto nas sessões do Congresso poderá contribuir para o atraso no posicionamento dos políticos sobre a reforma agrária. "As campanhas políticas" - defende d. Luciano - "não são mais importantes do que o exercício previdente dos compromissos assumidos com a Nação", afirmou. (FSP - 8/8/85)

#### D. AGNELO RECUSA APOIO À ATITUDE DE D'ESCOTO E DE BISPOS SOLIDÁRIOS

"Estou com o Papa". Com essa curta declaração, o Cardeal D. Agnelo Rossi, presidente da Administração para o Patrimônio da Sé Apostólica - um dos ministérios do Vaticano - condenou, ontem, a manifestação de bispos brasileiros em solidariedade ao jejum do Chanceler da Nicarágua, Miguel D'Escoto, que faz greve de fome em protesto contra a ameaça de invasão do seu país pelos Estados Unidos. D. Agnelo, que foi Arcebispo de São Paulo entre 1965 e 1970, evitou comentar, especificamente as atitudes do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns - seu sucessor na Arquidiocese de São Paulo -, que divulgou nota de apoio a D'Escoto, que é padre e se recusou a deixar o cargo político, como pediu o Papa João Paulo II, e foi punido pelo Vaticano com a perda das suas principais atribuições como sacerdote, e D. Pedro Casaldáliga - Bispo de São Félix do Araguaia (MT), que viajou à Nicarágua e aderiu ao jejum. (JB - 8/8/85)

### INDIOS

#### CAIGANGUES LUTAM NO PARANÁ PELA POSSE DA TERRA

O Delegado da Funai para a região Sul, Eustáquio Machado, fez um apelo à Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, para que envie com urgência reforço policial à comunidade de Toldo Chimbangue, em Chapecó, pois é iminente um conflito entre 90 Caigangues e dois mil colonos. O Presidente regional da Funai disse que se houver um confronto entre índios e colonos, a responsabilidade será do Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que ainda não tomou uma providência para solucionar a disputa pela posse dos 2 mil hectares de Toldo Chimbangue. A área pertencia aos Caigangues, que acabaram ficando com apenas 120 hectares por causa da invasão dos colonos nos últimos anos. Em Porto Alegre, o Presidente da Funai, Gerson da Silva Alves, anunciou que pedirá o aceleramento das negociações entre os Governos federal e estadual, para resolver a situação na área de Toldo Chimbangue. (O GLOBO - 9/8/85)

#### PLACA VAI LEGALIZAR TERRA DE ÍNDIO

Os índios guaranis-nhandevas, que há 13 anos foram descobertos no Sertão do Braucui, na Serra da Bocaina, a 20 quilômetros de Angra dos Reis (RJ), conseguiram mais um passo na luta pela demarcação de suas terras: o Ministério do Interior e a Funai vão colocar placas "área indígena - proibida a entrada", em dois pontos de acesso à aldeia, para advertir os brancos que frequentemente ameaçam os índios de expulsão. Durante duas semanas, o cacique guarani Aparício R'Okadju ficou em Brasília fazendo contatos para acelerar o processo de demarcação da área de 700 hectares, onde vive há 25 anos um grupo de 28 índios, incluindo crianças. Além das placas, ele conseguiu dois apoios importantes: o do Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, que prometeu pedir à Funai o encaminhamento mais rápido do processo ao grupo interministerial que decide sobre a demarcação de terras indígenas; e o do Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que garantiu encaminhar a Costa Couto um parecer favorável à luta dos índios. (O GLOBO - 7/8/85)

#### DEPUTADO CONDENA AS DISTORÇÕES NA FUNAI

A Fundação Nacional do Índio também deveria ser extinta, a exemplo do que se pensa fazer com o IBC, o IAA e a Embratur. Foi o que afirmou ontem, na Câmara, o deputado João Batista Fagundes (PMDB-RR), assinalando que a Funai "faz o que bem entende, ao arrepio da lei, inclusive violentando abertamente o direito de propriedade.

Em Roraima - acrescentou - ela simplesmente interditou uma área para sobrevôo. No governo Figueiredo, fez o presidente dar última forma num decreto assinado e proclamado na televisão pelo ministro das Minas e Energia. Agora, em plena Nova República, paralisou o Exército, que demarcava uma área específica para evitar conflitos de terra no Sul do Pará..." A Funai, lembrou, foi criada para exercer a tutela e promover a integração gradativa do índio à comunhão nacional, mas não promoveu nem emancipou índio nenhum. "Não interessa - notou o parlamentar - que o estatuto admita a exploração da terra em proveito do índio, nem que a Constituição estabeleça que o subsolo pertence à União. A Funai manda e desmanda. Em nome do índio, via lenta ostensivamente aquilo que é a pedra angular de nossa organização política: o direito de propriedade. Só não faz aquilo que deveria ter feito há anos: a demarcação das áreas indígenas. E por que não? Porque, com a demarcação, cessará a indústria da luta em defesa do 'sagrado direito do índio'". (ESP - 7/8/85)

#### FUNAI VAI PEDIR AO BIRD RECURSOS PARA DEMARCAÇÃO

A Funai está concluindo levantamento com o qual fundamentará pedido de empréstimo ao Banco Mundial para demarcar as 340 áreas indígenas do país, que correspondem a 10% da extensão do território nacional. A informação foi dada ontem pelo presidente da Fundação, Gerson da Silva Alves, que estima ser necessários Cr\$ 40 bilhões para a demarcação total, a ser concluída em três anos. Segundo Alves, na Amazônia - maior reduto da população indígena, com cerca de 50 mil índios - só existe uma área demarcada, de nome Andina Marau. Ele disse que é necessário apressar o processo de demarcação na região, porque já está havendo invasão de exploradores de ouro. "A demarcação na Amazônia é prioridade para nós, pois estamos próximos de ter problemas sérios lá". (JB - 9/8/85)

### OUTRAS

#### MANIFESTAÇÕES PELA PAZ:

SP

Uma passeata cruzou ontem as principais ruas do Centro de São Paulo, com cartazes que apelavam aos Presidentes Sarney e Alfonsín, da Argentina, para que façam um pacto contra a bomba atômica, lembrando os 40 anos da destruição de Hiroxima. Cerca de 120 pessoas participaram da "marcha pela paz", organizada pela Comissão Coordenadora das Entidades de Defesa da Paz e contra a Corrida Armamentista. A caminhada foi encerrada na Praça da Sé, com a realização de um ato ecumênico. (FSP - 7/8/85)

RJ

Uma manifestação pela paz mundial, lembrando o lançamento da bomba atômica, 40 anos atrás, sobre a cidade japonesa de Hiroxima, reuniu ontem cerca de 500 estudantes de quatro escolas da Zona Sul do Rio. Os manifestantes, com média de idade de 14 anos, subiram o Viaduto Jardel Filho gritando palavras de ordem e promoveram um ato público, exigindo a paralisação do programa nuclear brasileiro. (JB - 7/8/85)

"NICARÁGUA EM VIGÍLIA"

SEMANA INTERNACIONAL PELA PAZ EM NICARÁGUA  
DE 8 A 15 DE SETEMBRO DE 1985

O motivo para convocar esta Semana Internacional é a extrema gravidade do momento que vivemos em Nicarágua e toda a América Central. Extrema também é a gravidade com que se manipula a religião e os aspectos humanitários para pretender justificar a agressão e a invasão mesmo por parte do imperialismo norte-americano. Convidamos a promover esta semana em seu respectivo país, as Igrejas, outras confissões religiosas e organismos humanitários que se solidarizam conosco (como Direitos Humanos, Direitos dos Povos, Justiça e Paz). Convidamos representantes de Igrejas e de outras confissões e entidades humanitárias a que participem em Nicarágua da Semana Internacional pela Paz. Esperamos também a participação de pessoas que sofreram a repressão em si mesmas ou em suas famílias, de teólogos e intelectuais, literatos e artistas comprometidos com a causa do Povo. Desejamos contar com a presença de alguns Prêmios Nobel da Paz ou de outros Prêmios significativos.

OBJETIVOS DA SEMANA:

- a) Renovar e manter vivos o Compromisso e a Ação Solidária dos cristãos e de todos os homens e mulheres de boa vontade com a América Central e concretamente com a Nicarágua.
- b) Denunciar abertamente e com toda a energia a constante agressão e os preparativos de invasão por parte do imperialismo norte-americano.
- c) Informar com veracidade ao mundo a gravidade do momento que vivem Nicarágua e América Central. Sua sobrevivência com dignidade e liberdade diz respeito historicamente a toda a América Latina e a todos os Povos do Terceiro Mundo. É um dever de humanidade.
- d) Denunciar a manipulação e o bloqueio dos grandes meios de comunicação com respeito a Nicarágua, e buscar alternativas para uma comunicação eficiente a nível mundial.
- e) Informar adequadamente sobre a problemática político-religiosa que se vive em Nicarágua, a responsabilidade específica dos cristãos, a credibilidade das Igrejas, e o "novo modo de ser Igreja" que esta circunstância histórica exige.
- f) Dinamizar nos diversos países a "Insurreição Evangélica pela Paz e pela Vida". Dar continuidade a esta Vigília de Oração, de renúncias e de solidariedade que Nicarágua desencadeou, particularmente com o Jejum do Pe. Miguel D'Escoto.
- g) Fortalecer a Unidade dos Cristãos e de todos os homens e mulheres de boa vontade no compromisso comum pela Paz, pela Vida e pela Auto-determinação dos Povos. Em particular fortalecer o compromisso pela busca de soluções pacíficas para a crise Centroamericana e comprometer-nos contra a agressão.

AÇÕES CONCRETAS:

- a) Que no respectivo país ou região sejam celebrados atos significativos de solidariedade durante esta Semana Internacional Pela Paz.
- b) Que se consolidem e articulem melhor os Comitês de Solidariedade com a América Central.
- c) Que se colete uma ajuda concreta para Nicarágua.
- d) Que se coopere no financiamento da edição e em seguida na divulgação em cada país, dos Documentos, Testemunhos, Reflexão Teológica e Memória Histórica desta Insurreição Evangélica: Nicarágua em Vigília.
- e) Que se promova a máxima cobertura nos Meios de Comunicação a esta Semana de Solidariedade.

Coordena as celebrações em Nicarágua e convoca as celebrações em todos os países o "Comité Ecumênico Pela Paz em Nicarágua", cujo endereço é: ANDÉN L, 824, Colonia Centroamérica, Managua, Nicarágua. Telefone: 75-0-22